



## DECLARAÇÃO

Pelo presente, declaro ao Setor de Licitações que os serviços relativos a contratação de empresa especializada para fabricação, montagem e instalação de passarela metálica para pedestres, a ser instalada anexa à ponte localizada na Av. Caetano Natal Branco é enquadrada como Serviço Comum de Engenharia, com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, em seu art. 6<sup>1</sup>, **atestando regularidade para tal definição.**

Sem mais para o momento, renovamos votos de consideração e apreço.

Luzerna – SC, 12 de agosto de 2024.

---

**Juliana Corbani**  
Engenheira Civil  
Consultoria Técnica

---

<sup>1</sup> Art. 6 XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

- a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;